

AUDITORIA DE ACESSIBILIDADE DIGITAL

POR QUE FOI REALIZADA ESTA AUDITORIA

O CNJ – Conselho nacional de Justiça – determinou a realização de auditoria coordenada visando a avaliação dos controles internos que o STJ tem adotado quanto ao tema acessibilidade digital, bem como sobre o atendimento das práticas preconizadas pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMAG utilizados nos sistemas e dispositivos digitais (hardware) disponibilizados para os servidores e para o público com necessidades especiais.

O QUE A AUD-STJ RECOMENDA

Revisar e aprimorar controles dos processos de levantamento de informações das necessidades dos servidores com deficiência e comunicação com gestores bem como promover a conscientização sobre as deficiências não perceptíveis e reavaliação sobre as metas de trabalho adaptadas;

Revisar e corrigir os sítios sob responsabilidade do STJ no que se refere às normas e boas práticas de acessibilidade digital;

Definir e aprimorar controles para inserção e manutenção de conteúdo digital, por meio de manuais, checklist ou outro instrumento congênere, tendo como referência os padrões de acessibilidade do eMAG e normas correlatas.

O QUE A AUDITORIA CONSTATOU?

Oportunidade de melhoria no acompanhamento profissional dos servidores com deficiência no STJ

Restou demonstrado que apesar dos esforços e da dedicação das unidades de negócio do STJ ainda há a espaço para o aprimoramento dos controles internos para sanar dificuldades com o levantamento de equipamentos adaptados, carga de trabalho dimensionada, conforme o grau e tipos de deficiência, bem como auxiliar na conscientização dos gestores quanto aos direitos do servidor, de acordo com o trabalho realizado em razão da necessidade especial. Observou-se também a necessidade de melhor divulgação de informação aos servidores a respeito dos seus direitos e canais de comunicação com a instituição para captar novas iniciativas para o aprimoramento da gestão dos servidores com necessidades especiais.

Erros encontrados na avaliação ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios) nos principais sítios do STJ

Foram analisados vinte e seis sítios do STJ e durante a execução do ASES. Após a análise os erros foram apontados pelo simulador relacionados que vão, desde a organização incorreta do código HTML, a utilização incorreta dos níveis de cabeçalho, até padrões web em desacordo com os critérios de acessibilidade digital.

Ausência de intérprete de libras, legenda e audiodescrição em vídeos publicados pelo STJ

Após pesquisa e análise restou demonstrado que alguns vídeos institucionais não tinham intérprete de libras, legenda e audiodescrição. Por esse motivo é importante que se instituem controles efetivos sobre a publicação de conteúdos multimídia, para que os indicadores estratégicos internos e de contribuição do STJ, para com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026, instituída pela Resolução CNJ n. 325, de 30 de junho de 2020, não seja comprometida.

Inconformidades de sites do STJ com o modelo de acessibilidade do governo eletrônico – eMAG – Links, Imagens, Download, Texto e Contraste

A equipe de auditoria analisou uma amostra de sítios do STJ em face dos critérios de acessibilidade definidas pelo eMAG e W3C. Evidenciou-se com base nas análises executadas que boa parte dos sítios testados não estão preparados para terem seu conteúdo lido por software de leitura, apresentam links que não dispensam informação suficiente para onde apontam, imagens com ausência ou com descrição insuficiente do seu conteúdo.